

FILOLOGIA E HISTÓRIA

(III)

A investigação, para não ser negação de si própria, não se pode contentar com aquilo que fez ou já achou. Tem de continuar a procurar novas coisas ou mesmo novos aspectos daquilo que investigou. Assim, não estranhará o leitor que em cada conjunto de notas de Filologia e História comecemos pelos

(13) — ADITAMENTOS

a) À verba «A», n.º 1, alínea b) da série I, à proposta discriminação entre «línguas de illu- (ou ille)» e «línguas de eo/eu- (ou is)», juntaríamos às segundas a de San Ciprián de Sanabria, em Espanha, colindante com a província portuguesa de Trás-os-Montes, língua a que se vem chamando impropriamente «dialecto», mas que na realidade é uma *língua de fronteira*, ou *mista*, como o nosso mirandês. Estudou-a em 1923 Fritz Krüger, num livro intitulado *El dialecto de San Ciprián de Sanabria*, com o curioso subtítulo de *Monografía leonesa* ⁽¹⁴¹⁾; curioso porque, ao invés do que se vem fazendo com o seu parente mirandês, ninguém considera (ou afirma) o sanabrês como descendente legítimo da suposta «língua leonesa» (nem mesmo o autor), dum território onde Afonso o Sábio encontrou em galego-português as célebres *Cantigas de Santa Maria* e um mestre-escola de Astorga traduziu, na sua língua materna, em prosa naturalmente (sem a desculpa de ter de usar uma «língua poética»), a *Demanda do Santo Graal*!

O sanabrês apresenta algumas características que são como que o inverso do mirandês. Com efeito, usa os artigos *um* ⁽¹⁴²⁾, *a*, *us* (os)

⁽¹⁴¹⁾ Fritz Krüger, *El dialecto de San Ciprián de Sanabria. Monografía leonesa*, Madride, 1925.

⁽¹⁴²⁾ V. os textos de págs. 11 e segs. da obra citada.

e *es*, que se lê «ês», pronúncia aproximada do nosso «as», se não é a mesma; as restantes formas dos artigos definidos e indefinidos são espanholas, o que se explica facilmente pela sonoridade⁽¹⁴³⁾. Parece evidente que se trata de fenómeno de sobreposição do castelhano, língua oficial, que aliás se verifica da a da também no galego e em outros dialectos, e até em português pelo mesmo motivo da sonoridade, que o preciosismo da linguagem culta muitas vezes procura. Portanto fenómeno tardio e inexpressivo, que não retira à língua de Sanábria o seu carácter de «língua de *is*», de fundo português-galego.

Só nos interessa focar propriamente o caso do artigo. Mas não resistimos ao flagrante exemplo de confronto de duas línguas que constitui a palavra sanabriana *água*, que se usa também em nosso território na linguagem de todas as classes sociais, designadamente em Lisboa, onde era geral, pelo menos até aos anos 40. Ela resulta duma «composição tardia entre *auga* e *água*», como diz Tuttle⁽¹⁴⁴⁾. Como se sabe, esta última forma é erudita, quiçá entre nós um dos muitos castelhanismos introduzidos na Renascença e pelo domínio filipino, que não foi só político. A forma vulgar e vernácula (persistente no galego) é *auga*. A simbiose deu-se em Sanábria naturalmente, conjugando a locução popular com a oficial, castelhana; em Portugal, fez-se entre a vulgar e a forçada ou erudita. O vocabulário sanabrês patenteia constantemente, como o de Miranda, este género de misturas.

— O leitor estará lembrado de que, na verba citada, se punha o problema do valor fonético do *h* do artigo definido *ho*, etc. Admitimos aí a hipótese duma aspiração; mas o fundamental, em nossa tese, é derivar esse *h* dum *e*, de *eo/eu-*, *ea/ea-*, etc. Reconhecemos a singularidade desta etimologia. Mas parece-nos incontestável o confirmá-la a existência dum *h* no pronome possessivo medieval *mha* (minha), proveniente sem dúvida alguma do latim *mea-*, ou seja, substituindo este *e* por aquele misterioso *h*.

Veja-se por exemplo a expressão «mha raçom» na carta de foro dada por D. Tareja a São Martinho de Mouros, transcrita no n.º 12 da série II.

Em português existia evidentemente a vogal *e*, mas não foi conservada. Sinal duma pronúncia própria do *h*, a nosso ver, que no caso de *mha-mea*, por suposição dum hiato se tem querido seja **mia*, o que deixa sem explicação o divergente, comprovadíssimo, *ma* (como em francês)...

⁽¹⁴³⁾ *Op. cit.*, págs. 94.

⁽¹⁴⁴⁾ Tuttle, *ASNSL*, CXXXIII, 170. — Cit. de Krüger, pág. 39 e nota 1, que, sem dar quaisquer razões, diz que não concorda.

b) *À verba «À de», n.º 2 da mesma série*, aditaremos ainda uma nota. Santo Agostinho, em sua obra famosa *A Cidade de Deus*, põe na boca do Senhor estas palavras, dirigidas, segundo uma versão latina do Génesis (6,20) que o Bispo de Hipona possuía⁽¹⁴⁵⁾, ao Patriarca Noé: 'intrabunt *ad te*'; palavras que se referem aos animais que, dizia a ordem divina, 'entrarão (onde) a ti' — ou seja na arca, a resistir ao Dilúvio —, para usarmos uma expressão corrente no Norte de Portugal, no Brasil⁽¹⁴⁶⁾ e na Galiza⁽¹⁴⁷⁾: «*onde a* (alguém)», mesmo recorrendo a um parêntese... O Bispo de Hipona interpreta perfeitamente aquele *ad*, de acordo com o sentido que se conserva na locução popular 'ir *à de* («ad») Fulano' ou 'ir *a* («ad») Fulano'; quer dizer: para, ou junto de, ou à casa ou habitação de Fulano⁽¹⁴⁸⁾.

c) *À verba n.º 6 da mesma série I, sobre «O Andaluz?»*, não parece despidendo acrescentar que Luís de Camões, n'Os *Lusíadas*, ao descrever as hostes castelhanas que foram derrotadas em Aljubarrota, identifica os guerreiros andaluzes com os antigos Vândalos expressamente, assim (4,9):

'Os Vândalos, na antiga valentia
Ainda confiados, se ajuntavam
Da cabeça de toda a Andaluzia,
Que do Guadalquivir as águas lavam'.

É Sevilha aqui referida. Depois Cádiz:

'A nobre ilha também se apercebia
Que antigamente os Tírios habitavam,
Trazendo por insígnias verdadeiras
As Hercúleas Colunas nas bandeiras'.

(145) Diferente da da Vulgata estabelecida por Clemente VIII (cfr. Alberto Colunga & Lorenzo Turrado, *Biblia Sacra iuxta Vulgatam Clementinam*, 4.ª ed., Madride, 1965, pág. 6): — '...ingredientur tecum...'.
(146) Pelo menos no Norte do Brasil, como se vê do seu emprego pelo grande romancista Guimarães Rosa, que valoriza nos seus escritos a linguagem popular (cfr. *Grande Sertão: Veredas*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1958, e *Sagarana*, 5.ª ed., 1958).

(147) Lembremos apenas, como abonação, os belíssimos versos de Rosalía de Castro: — 'Meiguinho, meiguinho meigo, / Meigo que me namoraste, / Vai-te d'onde a mim, meiguinho, / antes que o sol se levante' (*Cantares gallegos*, IV, in: Rosalía de Castro, *Obras completas*, Madride, 1947, pág. 67).
(148) Santo Agostinho, *De civitate Dei*, XV.27; cfr. *Obras de San Agustín, XVII, La Ciudad de Dios* (2.º), ed. bilingue, 3.ª ed. com trad. de Santos Santamaría del Río & Miguel Fuertes Landero, Madride, 1978, pág. 222.

O lugar é paralelo a 3.21, citado na verba supra referida, onde vem tomada, e justificadamente, «Vandália» como terra dos Vândalos, e «Andaluzia» como correspondente, de étimo árabe, a esse termo.

(14) — AMA E AMÁDIGO

«Ama, na criação ama, no amor mãy»

(António Fereira, Castro, 1.13)

a) «Ama» — *senhora* — Pascásio de Dume, assim chamado porque viveu no mosteiro de Dume, perto de Braga, no século VI, quando perdurava ainda o Reino dos Suevos (que tomou o nome de «Gallicia», Galiza), deixou-nos uma obra importantíssima, de vários pontos de vista, inclusive o linguístico, intitulada *Apophthegmata Patrum*. O monge escritor de Dume era portanto lusitano ou galaico, como o revela a sua linguagem. Não vemos razões para duvidar da procedência local de Pascásio, só porque não há quem o diga expressamente nascido na região. Há também lusitanismos na sua prosa ⁽¹⁴⁸⁾.

Ora no capítulo 80.º, parágrafo 2.º, fala o nosso Pascásio de uma *amma Sarra*, ou seja «abadessa Sara» ⁽¹⁴⁹⁾.

Fray Diego Ximenez de Arias, em seu precioso *Lexicon Ecclesiasticum Latino-Hispanicum* ⁽¹⁵⁰⁾, traz esta verba:

«*Amma, ae*, madre espiritual de la voz Griega *Ammas*. *Vos estis fatuae & vestra, & mea est AMMA*, Pelag. lib. 18. Asi se llamava la superiora, ó Abadesa de las Monjas; y entre los Monges era lo mismo que Abad».

O escritor, que abona o termo *amma* em latim, deve ser o célebre heresiarca Pelágio, britânico, do séc. V.

Em grego, há ἄμμα «mãe espiritual», em Paládio (365?-430?), e ἄμματα em Hesíquio ⁽¹⁵¹⁾.

⁽¹⁴⁸⁾ Desta obra fez em 1971 uma esmerada edição crítica José Galdes Freire, acompanhada de suas anotações e intitulada *A versão latina por Pascásio de Dume dos «Apophthegmata Patrum»* (2 tomos, Coimbra, 1971).

⁽¹⁴⁹⁾ *Op. cit.*, pág. 305.

⁽¹⁵⁰⁾ Diego Ximenez de Arias, *Lexicon Ecclesiasticum Latino-Hispanicum*, Pamplona, 1722, s. v.

⁽¹⁵¹⁾ Cfr. José Pedro Machado, *Questões etimológicas*, in «Revista de Portugal», XVII, pág. 335.

Pascásio Dumiense, servindo-se de textos gregos, verteu o termo, na primeira das citadas formas, literalmente, para latim.

Para a zona lusitana, ou, se se prefere, luso-galaica, é em Pascásio, e portanto já no século VI, que temos a primeira notícia do vocábulo.

A também nossa Etéria, autora da *Peregrinatio* ou *Itinerarium ad loca sancta*, escrevendo no século IV, não usa, para «abadessa», o termo *amma*, mas *diaconissa* ⁽¹⁵²⁾.

Em hebraico, «mãe» diz-se *ēm* ⁽¹⁵⁶⁾, pelo que, ao contrário do que se lê em vários léxicos e obras de filólogos, a palavra, embora tenha sem dúvida origem semítica, não vem do hebraico. Na *Enciclopedia Universal Ilustrada Espasa-Calpe* aduz-se o termo assim:

«*Ama ó Amma* — Hist. rel. Nombre semítico empleado por los coptos y los griegos para designar a las religiosas y mujeres de alta condición dignas de gran respeto. Significa madre, del hebraico (...).».

A verba continua, com algumas incorrecções, como a de se afirmar que o termo não existia entre os Latinos.

João Alberto dá uma origem hebraica ao vocábulo, segundo F. Augustinus Antonius Giorgius, *Fragmentum Evangelii S. Iohannis Greco-Copto-Thebaicum saeculi IV...*, Roma 1789 ⁽¹⁵⁷⁾.

Mas parece mais avisado buscá-la em qualquer outra língua ou dialecto semítico.

Êtimo árabe não tem, pois «mãe» em árabe diz-se *umm*. Ao termo arábico *-amma* dedicaremos algumas considerações no n.º 5, *infra*.

Em Plauto encontramos porém *amma* como termo púnico, a significar «mãezinha» ⁽¹⁵⁸⁾.

Francisco Javier Simonet diz que a palavra *amma*, usada entre os Moçárabes da Península, é fenícia ⁽¹⁵⁹⁾.

Na Palestina certamente teria a palavra entrado no grego cristão, e logo depois no latim. «*Ab Oriente lux...*».

(152) Cfr. Francisco J. Velozo, *Etéria e o Latim Lusitânico*, separata da «Revista de Portugal», série A, Língua Portuguesa, vol. XXXI, Lisboa, 1966, pág. 39.

(156) Cfr. E. F. Leopold, *Lexicon Hebraicum et Chaldaicum in libros Veteris Testamenti*, 2.ª ed., Lipsia, 1896, s. v.; A. Comay, *Diccionario español-hebreo*, Tela vive, 1978, s. v.; etc.

(157) Cit. por J. P. Machado, *loc. cit.*

(158) *Poenulus*, 1141, cit. por Augusto Magne, *Dicionário etimológico da língua latina*, Rio, vol. I — A/AP, 1952, s. v., A, que traduz *amma* por «mamãe».

(159) Cfr. Francisco Javier Simonet, *Glosario de voces ibericas y latinas usadas entre los Mozárabes*, precedido de un estudio sobre el dialecto hispano-mozárabe, Madride, 1888, v. «nená»; cit. por Corominas, *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*, Berna, 1954, v. «ama».

De *amma*, «superiora de mosteiro» e «*senhora*», se fez *amo*, com o sentido de «senhor», em português e galego.

Amma é termo paralelo, ou feminino, de *abba* ou *abbas*, «superior de mosteiro», que deu o nosso *abade*. Ora Santo Isidoro de Sevilha diz que «*abba* é nome siríaco, que em latim significa *pater* e Paulo, escrevendo aos Romanos, utilizou, dizendo (8,15): «E nele clamamos — *Abba, Pater*», e empregando para o mesmo conceito duas línguas. Com efeito, diz primeiro «pai» em siríaco — *abba* —, e logo passa ao latim *Pater*»⁽¹⁶⁰⁾. (Há aqui leve imprecisão, pois São Paulo escreveu em grego. Mas a palavra grega é quase igual: *πατήρ*⁽¹⁶¹⁾, só tendo o acento na última sílaba, quando o latim o possui na penúltima). Desta informação do Hispalense podemos inferir que o termo *amma* era sírio também.

No sentido de «superiora de mosteiro», *ama* perdeu-se, cedendo o passo a *abbatissa*, termo derivado de *abbas*; dele fizemos a nossa «abadessa».

A «ama de clérigo» ainda está na linha semântica apontada, por ser a governanta da casa do padre. É certamente a ama do velho Dom Quixote de la Mancha, o qual já não andava em idade de mamar; nem lhe haviam receitado a mezinha do nosso Rei Dom Henrique... Porque o vocábulo entrou também em castelhano.

b) «*Ama de leite*» — Origem totalmente diversa tem a palavra homógrafa, mas não homóloga *ama*, aplicada à nutriz ou ama de leite.

Santo Isidoro de Sevilha escreveu^(161 a), falando da *stryx*, «coruja»:

«*Haec avis vulgo amma dicitur ab amando parvulos, unde et lac praeberere fertur nascentibus*».

O que significa: — «A esta ave chama o vulgo *ama*, por *amar* os pequeninos, a ponto de se dizer que dá leite aos recém-nascidos».

Não nos parece que deste passo se extraia necessariamente haver Santo Isidoro conhecido já o termo com o sentido da «ama de leite»; pois a coruja não se denominava, segundo ele, *ama* por amamentar os meninos, e sim por os *amar*.

⁽¹⁶⁰⁾ Cfr. San Isidoro de Sevilla, *Etimologías (Etymologiae)*, II, trad. esp., t. latino e anotações, por José Oroz Reta & Manuel A. Marcos Casquero, Madride, 1983, págs. 524-525.

⁽¹⁶¹⁾ Cfr. Isidro Pereira, *Dicionário grego-português e português-grego*, Porto, 1951, s. v. Há ed. mais moderna.

^(161a) *Or.*, XII, 7, 42, cit. por Augusto Magne, *Dicionário cit. v.* «*Amma, ae*». Nas *Etimologías*, XX, 15,3 parece faltar a explicação a seguir a *ama* (cfr. *loc. cit.*).

Também no siciliano antigo se chamava à coruja *ama* ⁽¹⁶²⁾.

O que o passo das *Etimologias* citado, se não nos iludimos, explica, é antes o nome que os Espanhóis dão à coruja: *lechuza*. Este é o sentido de Meyer-Lubke, que relaciona o castelhano *lechuza* com o latim *lac* ⁽¹⁶³⁾ que mui evidentemente se relaciona com *leche*, «leite».

Não se vê que razões filológicas seguras tenha J. Corominas para repelir tal ideia quanto a *lechuza* «coruja», e a aceitar para «*lechuza*», «leitão» ⁽¹⁶⁴⁾. Aliás a dificuldade, para esse autor, parece consistir apenas em que o leitão mama e a coruja se supunha que daria de mamar... Dificuldades, como se vê, do autor e não da lógica da língua, que muitas vezes é ilógica ou procede por antonomásia.

Qual a origem portanto do nosso termo *ama*, aplicado a «ama de leite»?

O velho frísio, idioma afim do suevo, porque ambos inscritos no ramo mais vasto do antigo baixo alemão ⁽¹⁶⁵⁾, tinha a palavra *amma*, para significar o mesmo que o termo alemão moderno, escrito *Amme*, que vem a ser a nossa ama (de leite); por sinal em alemão pronuncia-se como em português ⁽¹⁶⁶⁾. Em holandês existe a palavra *amme* com o mesmo sentido ⁽¹⁶⁷⁾. No antigo alto alemão existia a palavra *amma*, com o significado de «ama de leite» ⁽¹⁶⁸⁾.

Entrando no latim lusitânico por via sueva e daí passando ao romance galaico-português, a palavra *amma* ou *ama*, de indiscutível

⁽¹⁶²⁾ Cfr. Scobar, cit. por Carlo Battisti-Giovanni Alessio, *Dizionario Etimologico Italiano*, I, Florença, 1950, s. v.

⁽¹⁶³⁾ Meyer-Lubke, *Romanisches etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg, 1935, pág. 391. *Lactucas* e *lactorones* são plantas referidas por Pascásio (cfr. ed. cit., pág. 339), e que são certamente as plantas herbáceas de flor amarela que chamamos «leitugas» e «leiteirigas» (cfr. Artur Bivar, *Dicionário geral e analógico da língua portuguesa*, 1.ª parte — *Dicionário Geral*, vol. II, Porto, 1952, s. v. Félix Gaffiot, *Dictionnaire illustré latin-français*, Paris, 1934, traz estas verbas: *ILactosus*, a, um — qui a du lait (Gloss. phil.); *Lactuca*, *Lactucula*, ae, f. dim. de *lactuca* Col. 10,111, Suet. Aug. 77.º.

⁽¹⁶⁴⁾ Corominas, *loc. cit.* Repare-se no rumo diferente que seguiu a evolução do latim para português; cfr. nota anterior. Aliás o castelhano tem também *lechuza*, planta.

⁽¹⁶⁵⁾ Cfr. Francisco J. Velozo, *Acerca da influência sueva no português*, n. 26.

⁽¹⁶⁶⁾ Cfr. F. Holthausen, *Altfriesisches Wörterbuch*, Heidelberg, 1925, s. v., e Albin Eduard Beau, *Langenscheidts Taschenwörterbuch der Portugiesischen und Deutschen Sprache*, t. II, *Deutsch-Portugiesische*, Berlim, 1953, s. v.

⁽¹⁶⁷⁾ Cfr. P. Agron e G. N. Landré, *Nieuw Hand-Woordenboek der Nederduitsche en Fransche Talen*, 2.ª ed., Amesterdão, s/d., s. v.

⁽¹⁶⁸⁾ Cfr. Holthausen, *loc. cit.*

origem germânica enquanto significa «ama de leite», teve surpreendentemente um masculino — *amo* —, para indicar o marido daquela.

c) O «amádigo», «paramos» e «paranhos» — O termo, neste sentido, teve grande importância, porque as amas dos senhores eram privilegiadas com honras, o célebre *amádego* ou *amádigo*, que também no latim medieval tem a forma *amatiatum* ⁽¹⁶⁹⁾. Os maridos das amas tornavam-se com estas privilegiados do amádigo, e por isso tinha grande relevo a sua qualificação como *amos*, neste sentido.

Na origem, parece ser instituição ocidental da Península o amádigo, mais precisamente da Galiza e de Portugal, onde os Reis Leoneses a combateram, mas ela vicejou. Dom Dinis foi quem entre nós parece ter vibrado golpe mais fundo na instituição, após a independência portuguesa.

Tomás Muñoz y Romero ⁽¹⁷⁰⁾ diz-nos do amádigo o seguinte:

«Los nobles tenían honra en sus casas y heredades, que consistía en no poder entrar en ellas los oficiales reales ni para la exacción de pechos, penas, ni aun para la persecución de delinquentes, de que eran no pocas veces el refugio y asilo. La demarcación de sus propiedades, hecha con hitos, piedras fijas o cadenas, era una especie de lugar sagrado llamado coto (*cautum*). Esta exención era extensiva a las personas y bienes de los que criaban a los hijos de los nobles, derecho llamado en los documentos latinos del siglo XII *amatiatum*» ⁽¹⁷¹⁾.

⁽¹⁶⁹⁾ Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal*, tomo II, pág. 152 e nota 2.

⁽¹⁷⁰⁾ Tomás Muñoz y Romero, *Del estado de las personas en los Reinos de Asturias y León en los primeros siglos posteriores a la invasión de los árabes*, 2.ª ed., Madride, 1883, págs. 116-121.

⁽¹⁷¹⁾ A. Dei gratia legionensis Rex, Universis ad quos litere iste pervenerint salutem. Notum vobis facio per hanc cartam quod ego firmiter mando ut nullus habeat vasallum in cautis samonensis nisi Monasterium et abbas samonensis per *amatiatum*, nec alio modo, et nullus det filium suum alendum sive criandum in cautis samonensibus nec alius aliquis ibi dominum habeat nisi Monasterium et abbas samonensis. Et si aliquis filius militis ibi nutritur vel aliquis ibi se posuit sub alio dominio nisi sub dominio samonensi, mando isti homini meo quod illum filium militis qui in cautis samonienses nutritur, foras de cautis eiiciat et illum qui se *amum* fecerit vel qui se in alium dominum transtulerit ad dominium monasterii samonensis reducat. Et qui ab hac die filium suum in cautis samonenses nutriri fecerit iram meam habebit et mille morabetinos pectabit et *amus* perdat quantum habuerit. Facta carta apud Zamoram quinta Kalendas novembris, era MCCXXXIII» (*Docs. do Mosteiro de Samos*, in A. H. N.).

É interessante consignar ainda outra notícia comprovativa do combate que estrenamente moviam os Reis de Leão e Castela aos usos ocidentais, galaico-por-

Reportando-nos ainda no Noroeste da Península, e com referência ao documento de Afonso IX de Leão, de 1195, a que alude Muñoz, e que proibia aos nobres terem vassallos privilegiados por extensão do seu próprio privilégio, em razão de criarem os filhos desses nobres, que como os pais eram privilegiados, acrescentaremos, ainda, que esse privilégio chegava a ser fundamento de demandas. Na verdade, em documento de 1226, patenteia-se o pleito entre os homens de S. Vicente de Muros e S. Tiago de Procul e Lopo Peres, mordomo-mor da igreja de Lugo, por causa de este pretender submeter aqueles às prestações que impendiam sobre os vilãos das terras da igreja. O advogado dos povos alega:

«...et dixit etiam dictus advocatus quot erant de bene (fetría) de mare usque ad mare et quod nutriebant fillos et fillias militum terre» ⁽¹⁷²⁾.

tugueses (e destes não excluímos os das Astúrias ocidentais, o antigo convento jurídico asturicense — com a capital em Astorga) do amádigo. Transcrevemos das *Cortes de los antiguos Reinos de Leon y Castilla, publicadas por la Real Academia de la Historia*, tomo I, Madride, 1861, págs. 52-53:

'XII. Texto romanceado del ordenamiento de unas Córtes de Leon celebradas en tiempo del Rey D. Alfonso XI.

Era MCCXX vgt. in mense maii Don Alfonso por la gracia de Dios Rey de Leon y de Gallicia (...) Queremos e firmemente mandamos que nuestras tierras sean retornadas a nos, e a los nuestros reales derechos, que quien la tierra tiene de nos, ayala con todo su derecho. Por ende establecemos que quien los nuestros *omes* recebiere en *amos* de sus fijos sin otorgamiento de aquel que tiene la tierra por nos, e no mos dexare libres al derecho dela nuestra tierra fasta tres semanas, despues que estas nuestras constituciones en aquella tierra fueren publicadas, esos *omes* pierdan quanto obieren; e quien los rescibiere en tal manera sea tenuto ala nuestra voz a pena de cient mrs., e a esa misma subiaga de aqui adelante quien osar rescibir sin otorgamiento de aquel que tiene la tierra'.

E diz-se em nota (1) no mesmo lugar: — 'El ordenamiento latino de estas Cortes no es conocido. La copia romanceada que se da á luz está sacada, segun se asegura en todos los tralados que de ella existen, del tomo XXVII de la *Coleccion* del Conde de Mora. Esta copilacion, que se halla entre los mss. de D. Luis de Salazar y Castro, no alcanza al tomo XXVII: sin embargo es posible que haya existido antes'. E a respeito da data, noutra nota (2): — 'La fecha de estas Cortes, era MCCXX vgt mense maii, está equivocada, porque en el año de 1182 á que se refiere, no reinaba el rey D. Alfonso IX de Leon. Martinez Marina pretende que vgt debe leerse VII, esto es era MCCXXVII, y que el ordenamiento es por consiguiente del año de 1189'.

Por nossa parte chamaremos ainda a atenção para a referência aos *omes*, evidentemente os *homines* da tradição suévica (cfr. Vellozo, *Lusitânia suévico-bizantina*, cit., in «Bracara Augusta», IV, págs. 64 e segs.), do séquito real, aqui já evoluindo para o significado de nobres ou fidalgos (cfr. idem, *Fidalgo — Fidaticum*, in «Revista de Portugal» (Lisboa), XXXV, págs. 318 e segs.).

(172) Hinojosa, *Documentos*, LXXVIII, pág. 132.

«...e disse ainda o dito advogado que eles eram duma behetria de mar a mar, e que nutriam (com leite) os filhos e as filhas do cavaleiro da terra» (173).

O eminente investigador galego Jesus Ferro Couselo comunicou-nos esta preciosa achega, sobre o amádego, pois mostra que a palavra era corrente, pelo que deve ter sobrevivido:

«A voz amádego atópase inda en docs. do século XV. Teño didiante dos ollos un foro de mosteiro de San Vicenzo de Pombeiro, do ano 1439, no qual, antre as condizons, figura a que «...nen viveredes con outro señor... nem tomaredes amádego de ninguén sen sua liçença...».

Passando da Galiza Espanhola ao lado sul, a terras do Minho, achamos notícia de amádigos, pelas Inquirições, no julgado de Refoios de Riba de Ave, no couto do Barreiro, e no de Pombal, dizendo os moradores que a honra respectiva provinha de Dom Afonso Henriques (174).

Dom Dinis restringiu os amádigos, exigindo que os filhos dos nobres criados no local fossem legítimos (175). São disposições gerais, mas há especiais para aquém e além Douro, designadamente quanto ao concelho de Melgaço (176).

Finalmente, uma lei de 1290 veda a constituição de amádigos por criação de filhos de nobres em terras que lhes paguem foros ou rendas (177).

Ainda assim o regime era menos rigoroso do que o estabelecido pelos Reis de Leão e Castela, vedando os amádigos da Galiza.

Nos Foros de Santarém, estabelecendo-se privilégios judiciais para os nobres, diz-se:

«Esta honra, que o cavaleiro á, devea aaver sa *ama* e o homem que lhy sa mesa cobre», ou seja o *amo* (178). Mais significativo ainda o passo intitulado «Dos homens que criam filhos de cavaleiros», onde se lê:

«Costume he, que se som cavaleyro, e my cria algũu homem meu filho de benfeytoria, quer seia peom, quer cavaleyro, mentre o tiver en sa cassa, sempre vença onra de cavalaria, ainda que saya da

(173) Cfr. Maria del Carmen Carlé, *Infanzones e Hidalgos*, in «Cuadernos de Historia de España», Buenos Aires, n.º 33/34, pág. 91.

(174) *Memórias para a História das Inquirições*, Lisboa, 115, pág. 92, nota 2.

(175) *Ibid.*, pág. 93, nota 2; *Docs.*, pág. 56, n.º XVIII.

(176) *Ibid.*, pág. 62, n.º XXIV.

(177) João Pedro Ribeiro, *Dissertações Cronológicas*, III, pág. 175.

(178) *Op. cit.*, pág. 542.

cassa»⁽¹⁷⁹⁾. As mesmas regras se lêem nos Foros de Beja, dados por Dom Afonso III⁽¹⁸⁰⁾.

Tão tarde como ao tempo de Dom Afonso V, ainda as suas Ordenações, ditas por isso Afonsinas, no liv. III, tit. 117.º, § 2, permitiam aos poderosos advogar em causa própria, e bem assim nas «dos seus Amos que lhes ajam criado seus filhos».

Reputava-se estendido o privilégio do senhor aos que faziam «criança», criação, dos filhos dele, ou a tivessem feito.

Nas mesmas Ordenações se consigna as disposições restritivas de Dom Dinis (liv. II, tit. 65, § 10), entre as quais merece especial menção o reprimirem a habilidade de se honrar um lavrador e o lugar onde vive, metendo-lhe em casa durante oito ou quinze dias o filho do senhor (§ 14).

Esses lugares honrados ou coutados em benefício das amas e dos amos tomavam o nome de *paramo* (§ 10), que na Inquirição de Dom Dinis se diz *paranho*, acentua Viterbo⁽¹⁸¹⁾.

Enfim as Ordenações Manuelinas, no século XVI, ainda repetem a permissão, dada pelas Afonsinas, de que o fidalgo ou cavaleiro advogasse por seus amos (liv. III, tit. 34.º).

A instituição do amádigo perdurava, necessariamente.

d) *As duas «amas»* — Como se vê, não há motivo para supor um étimo comum para os termos *ama*, «senhora», e *ama*, «a ama de leite». O primeiro é de origem semítica, entrando no latim lusitânico por via eclesiástica; o segundo, de origem germânica.

Ambas as palavras existem em castelhano e catalão, com os mesmos sentidos⁽¹⁸²⁾. Os termos catalães parece provirem dos castelhanos⁽¹⁸³⁾.

Mas o castelhano fez do latim *nutrice* a palavra *nodriza*, que deve ser a sua original, visto que *ama* (de leite) surge muito tarde, documentada em Santillana (1398-1458), — e, como «criada superior», em Guevara (1539), segundo Corominas⁽¹⁸⁴⁾, — ao contrário do que sucedeu em galego-português⁽¹⁸⁵⁾.

(179) *Op. cit.*, pág. 547.

(180) *Op. cit.*, t. IV, pág. 502.

(181) Viterbo, *Elucidário*, t. II, pág. 201.

(182) Corominas, *loc. cit.*

(183) *Ibid.*

(184) *Ibid.*

(185) *Ibid.*, com Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Randglossen zum altpor-tugiesischen Lieberbuch*, I *Der Ammenstreit*, in «Zeitschrift für romanische Philologie», XX, págs. 145-218.

No Cancioneiro da Biblioteca Nacional a palavra *ama* documenta-se nas acepções de «mulher que amamenta crianças alheias; dona de casa em relação aos criados; aia, governanta». Ocorre, pelo menos, nos seguintes passos:

«A tal uei eu aqui ama i amada... chamar home *ama* tal molher» (Vasco Gil, n.º 259); «...Do que disse da *ama*...» (id., n.º 263); «...filhar / Ssenpre quand *amas*, quando tecedores?» (Juyão Bolsseyro e Johan Ssoares, n.º 1129); «na *ama* perfiar me conuem» (Steuan da Guarda, n.º 1269); «nunca per mi, / Mentr eu vyuer, seram *amas* loadas..., / Nem trobey nunca por *amas* onrradas... / Os que trobauan por *amas* mamadas» (Johan de Guylhade, n.º 1413); «esta *ama*, cui (h)e Ioham Coelho..., / a *ama* con ssa maõ faz» (Don Fernan Garcia Esgarauunha, n.º 1423).

Donde, não ser muito forçado pensar em que essa seria uma das muitas importações que o castelhano fez do idioma galaico-português, e portanto dum vocábulo latino-germânico privativo do Ocidente peninsular, onde se acantonou, a partir de 409, o Povo dos Suevos, cujo Reino teve a capital em Braga.

Finalmente, para dissipar confusões, cremos ficar demonstrado que, se *ama*- «senhora» teve na origem o significado de «mãe», já o não tinha quando designava apenas a abadessa dum mosteiro, tal como o equivalente *madre* hoje se acha despegado, no nosso idioma, do sentido de «mãe», salvo no arcaísmo «Santa Madre Igreja».

Por isso mostram-se desadequadas todas as lucubrações filológicas que pretendam ligar aquela palavra a evolução semântica dum étimo comum ao de «*ama* de leite»; da mesma forma, é sem razão que se pretende considerar no nome, que damos à nutriz latina, a simples extensão do sentido dum termo que significasse «mãe», pois em antigas línguas germânicas afins da sueva achamos a mesma raiz com o sentido da nossa. Num e noutro caso seria criar dificuldades só pelo gosto de as vencer...

Também não tem fundamento a hipótese de Carolina Michaëlis, que pretende ter *ama*, além de um étimo único para os sentidos divergentes actuais, origem no falar infantil: corrupção do latim familiar *mamma* ⁽¹⁸⁶⁾.

e) «*Ama*», na Índia, na China e no Japão — Para terminar, uma nota importante, como tudo que diz respeito à expansão portuguesa no Mundo.

(186) Cfr. C. Michaelis e Corominas, *locs. cit.*

Não foi só a Espanha que recebeu (ou teria recebido) de nós a designação da *ama* (de leite). A Índia, sonho dos Protugueses, a China e o Japão acolheram a palavra, e com ela designaram a amamentadora dos filhos do senhor.

Da Índia passou ao inglês com a forma *amah* ⁽¹⁸⁷⁾.

Em árabe existe a palavra *ama*, com o sentido de «jovem escrava» ⁽¹⁸⁸⁾, o que nada tem que ver com *ama* de leite.

Talvez a presença árabe em Portugal sugerisse, por homofonia, o sentido de «afa», que também damos a *ama*. Mas isto não passa duma hipótese ⁽¹⁸⁹⁾.

(15) — MAFAMEDE

Não obstante a muita erudição com que tantos autores, da maior categoria, se têm ocupado repetidas vezes do nome do Profeta do Islão — também nome próprio vulgar em todo o mundo muçulmano —, pareceu-nos que não seria despidiendo reunir alguns apontamentos destinados a esclarecer aspectos que tocam de perto a Cultura Portuguesa. A forma clássica desse nome é, em nossa transliteração, «muhammad».

Porém o mesmo nome também aparece transfigurado para «mahummad», isto é, conservando todas as suas consoantes e o carácter de palavra grave, mas com vocalização trocada nas duas primeiras sílabas; desde cedo, como se depreende da recomendação de que tal se não faça, constante dum autor árabe do século XVI ⁽¹⁹⁰⁾, e como

(187) 'Amah, s. A wet nurse; used in Madras, Bombay, China and Japan. It is Port. *ama* (comp. Germ. and Swedish *amme*). — 1839. — «... A sort of good-natured housekeeper-like bodies, who talk only of *ayahs* and *amahs*, and bad nights, and babies, and the advantages of Hodgson's ale while they are nursing: seeming in short devoted to suckling fools and chronicling small beer» — *Letters from Madras* [during the years 1836 — 1849] by a Lady [Julia Charlotte Maitland], 1843. 294. See also p. 106'. (Henry Yule e A. C. Burnel, *Hobson-Jobson. A glossary of colloquial Anglo-Indian words and phrases, and of kindred terms, etymological, historical, geographical and discursive* by Col. Henry Yule... and C. Burnell... Nova edição por William Crooke, Londres, 1903, s. v.

(188) Cfr. A. S. Tritton, *Teach Yourself Arabic*, Londres, 1955, pág. 64.

(189) Revisão do ensaio do mesmo título publicado pelo A. em «A Bem da Língua Portuguesa», 1974, n.º 5/6, págs. 201, com acréscimos e novas notas.

(190) Georges S. Colin, *Note sur l'origine du nom de «Mahomet»*, em «Hesperis», V, 1925, pág. 129, cit. por J. P. Machado, *Influência* cit., pág. 155: — 'L'explication de cette anomalie est fournie par un passage du *Résumé* donné par Ibn 'Ardun de son traité sur le mariage intitulé *Muqni'el-muhtâg fi adâb el-azwâg*; il y prescrit en effet (...), à propos du nom de Muhammad donné à un nouveau-né, «que ce nom

também se confirma pelas formas muito antigas derivadas dessa corruptela, existentes em línguas europeias, designadamente na nossa.

Em castelhano encontramos, por exemplo, *Mafomat* no *Poema de Mio Cid* (36.6), e o corrente *Mahoma*. Em francês, diz Georges S. Colin, *Mahom* e *Mahomet*, assim como *Maometo* em italiano⁽¹⁹¹⁾.

Em território português vemo-lo num documento de 958, incluído nos *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, a págs. 60, e noutro de 1016, a págs. 143, escrito *Mahomat* ⁽¹⁹²⁾, documentos esses redigidos em latim bárbaro. Em português, a forma correspondente *Mafoma* encontra-se nuns versos de Afonso Álvares Vila Sandino, nascido entre 1340 e 1350 e falecido em 1428 ⁽¹⁹³⁾; parece ser a abonação mais antiga que se conhece.

Como diz José Pedro Machado, «Mafoma» é apenas uma 'forma literária imposta pelas classes cultas e que, por coincidência, ainda hoje se mantém como tal' ⁽¹⁹⁴⁾.

Cunha Serra aduz ainda, do mesmo étimo, *Mahomad* nos citados *Dipl. et Ch.*, pág. 149, em documento do 1018; e muito mais tarde, em documento de 1267, *Maffomade* ⁽¹⁹⁵⁾, tudo nomes próprios ⁽¹⁹⁶⁾. Mas este último nome já se documenta antes, pois observava António Losa que 'nas Inquirições realizadas em 1258, por ordem de Afonso III, figurava uma devesa com o nome de *Maffomade*, na freguesia de Azurém, em Guimarães' ⁽¹⁹⁷⁾.

Pela nossa parte, indicamos o nome de *Mafomed avin Harom* (ler: «Három») que em árabe se escreveria (transliterando) «muhammad bn haarun», Alcaide dos Mouros Forros de Santa Maria, chamada de Faarom, Farom e Faro sucessivamente, por causa da dinastia dos seus régulos, os «bēniy haarun». A ele o nosso Rei «Dom Dinis, por carta de 19-4-1302, fez doação duma almoíinha», como se lê no estudo de Gama Barros, publicado por Leite de Vasconcelos na

ne soit pas défiguré par une vocalisation du premier *mīm* en *a* et du *ha* du *ha* en *w*. Cette recommandation implique qu'au XVI siècle les Gumâra avaient coutume d'employer une forme **Mahummad*(...)'.

(191) G. S. Colin, pág. cit. (*ibidem*).

(192) Cfr. Pedro da Cunha Serra, *Contribuição* cit., pág. 46.

(193) José Pedro Machado, *Influência* cit., pág. 159, reportando-se a J. J. Nunes, *Crestomatia Arcaicaica*, 2.^a ed., pág. 447.

(194) J. P. Machado, *op. cit.*, pág. 158.

(195) Ribeiro, *Dissert. Cron. e Crit.*, v. I, p. 289. — Cit. de P. Cunha Serra.

(196) J. Cunha Serra, *loc. cit.*

(197) A. Gonçalves Losa, *A dominação árabe* cit., pág. 32. Cunha Serra veio também referi-la, como *Maffomades* (*op. cit.*, pág. 46), e como *Maffomade* (no índice de topón mos, n.º 104).

«Revista Lusitana», v. 34.º, 1936 (págs. 204-5). Segundo noutro lugar escrevemos ⁽¹⁹⁸⁾, devemos achar nos ‘perante o dinasta da velha Taifa de Santa Maria (de Faro), o qual, após a conquista portuguesa, conserva as suas prerrogativas em relação aos Mouros’, seus antigos súbditos. O que impõe séria revisão histórica no concernente às circunstâncias dessa «conquista», que mais parece capitulação por acordo entre Dom Afonso III ou Paio Peres Correia e os magnates locais, que aceitavam o novo senhor como Suzerano.

Outro portador do nome do Profeta, na forma que vimos examinando, é *Maḡomede Daus*, que também deve ser contemporâneo de Dom Dinis, como o indica o haver um *Maḡomede de Avis* «o Moço» no tempo de Dom João I, sendo portanto «o Velho» ⁽¹⁹⁹⁾.

Maḡomede (ár. «*mahummeed») é variante que se explica, segundo nota A. Losa, pois ‘a passagem do *a* tónico a *e* — fenómeno conhecido pelo nome de «imala» — é muito frequente’ ⁽²⁰⁰⁾, o que pressupõe uma prolação do acento.

No árabe vulgar ocorre na verdade às vezes a alteração do acento tónico das palavras, designadamente a mencionada prolação, que se dá justamente quanto ao nome em causa. Na passagem para o português essa prolação é insistente. Anota David Lopes:

‘Cf. para a deslocação do acento *Mamede* < *Maḡomede* < *Mohâmede*’.

E indica os nomes de *Mesquita* < *Mésquita*, e *arrabalde* < *arrâbade*, como exemplos do mesmo fenómeno ⁽²⁰¹⁾, a que poderíamos acrescentar o do topónimo *Cacém*, que todos, a partir de Frei João de Sousa, entendem provir do nome próprio árabe «qaacim», que daria *Cácem* ⁽²⁰²⁾.

No concelho de Monção, na freguesia de Merufe, há um topónimo, de que tivemos conhecimento em relação de bens dum inventário orfanalógico (ainda então se conservava — como no Brasil — este venerável e expressivo nome) do respectivo tribunal, e que na matriz predial constava como *Campo de Maḡumede*, grafia correspondente à

(198) Francisco J. Velozo, *Alguns nomes de Muçulmanos Portugueses (séc. XIII a XV)*, na «Revista de Portugal», XXXIV (1969), pág. 526 (n.º 62).

(199) *Ibidem*, n.º 62, e págs. 523-6, n.ºs 25 e 58.

(200) A. Losa, *loc. cit.*, nota 109.

(201) David Lopes, *Nomes árabes cit.*, pág. 54.

(202) Fr. João de Sousa, *Vestígios da língua árabe em Portugal, ou Léxico etimológico das palavras e nomes portugueses que têm origem árabe*, aumentado e anotado por Fr. José de Santo António Moura, Lisboa, 1830, v. *Cacém, Santiago de Cacém*, pág. 103.

pronúncia. Dele demos notícia em estudo publicado em 1951⁽²⁰³⁾. Cunha Serra arquiva-o, dizendo em nota: — ‘Escrito *Campo de Mafumede* em Velozo, *Origens nacionais*, p. 9’⁽²⁰⁴⁾, o que pode inculcar o termos feito, em vez dum achado, a errada emenda do nome de *Mafomede*... cuja grafia no entanto se impunha respeitássemos em face da matriz.

Mas a forma que surge em documento mais antigo do nosso território não é essa. Em latim moçarábico achamos *Mahameth*, referido à data de 754 da era de César, 716 da era cristã, num epítome que deve datar de pouco depois⁽²⁰⁵⁾, seguida da forma equivalente *Mammet*, que se lê no *chronicon* de Isidoro de Beja, escrito ou terminado em 754 da era cristã⁽²⁰⁶⁾.

Deste modo, a forma portuguesa *Mafamede*, do étimo árabe correlato, representa a abonação mais recuada de todas, entre nós.

O grande arabista e nosso saudoso mestre David Lopes, falando de nomes de pessoas tornados nomes geográficos, diz que ‘a esta classe pertencem’ vários, que resenha, ‘ainda que não’ tivesse ‘referências especiais e directas para eles’; e considera que são altamente possíveis *Mamede* (serra e povoação de São —), de *Mafamede*, forma de *muhammad*, Mohâmmede, que também tem a forma *Mafoma*, etc.⁽²⁰⁷⁾. E mais além explica a evolução, conforme acima extractámos.

No entanto, o seu exemplar pessoal continha uma anotação do seu punho, reproduzida no local próprio da edição a que nos reportamos⁽²⁰⁸⁾, em que diz, a respeito da Serra de São Mamede:

‘É falso. É *Mammas*, *Mammet*[is], pastor e mártir da Capadócia, ano de 274’.

Claro que este mártir existiu e foi venerado largamente. Mas a auto-crítica do escrupuloso sábio foi longe demais, como se vê dos textos latino-moçárabes que aduzimos. De *Mahamed* faz-se naturalmente, por crase das duas vogais iniciais *Mamed*. Na própria História da língua latina encontramos casos idênticos, v. g. **nehemo* > *nemo*.

Aliás é de crer que desde cedo existisse a pronúncia arábica vulgar «mhammed» e até, com prolação do acento por alongamento da vogal da sílaba final, «mhammeed». Na língua falada ou vulgar

(203) Francisco J. Velozo, *As origens nacionais* cit., pág. 9.

(204) Cunha Serra, *op. cit.*, pág. 47.

(205) Francisco J. Velozo, *Ainda a contribuição luso-galaica* cit., pág. 315.

(206) Idem, *Jacobus Zebedaei. Isidoro Pacense e a «cacida» a São Tiago*, in «Rev. de Portugal», XXXII (1967), págs. 354 e segs.

(207) David Lopes, *op. cit.*, pág. 28.

(208) *Ibidem*, pág. 18.

suprime-se correntemente a primeira vogal das palavras começadas por sílaba simples ⁽²⁰⁹⁾. Daí *Mahamed(e)*, vocalizando-se a primeira sílaba, e logo *Mamed(e)*, como dissemos; e a forma divergente *Mafamede*. *Mamede* poderia ser preferido por motivos religiosos, a partir do séc. XVI, como apelido, por ex-muçulmanos...

Servindo-nos de trabalhos nossos e de José Pedro Machado ⁽²¹⁰⁾, podemos elaborar, para Portugal, o seguinte elenco de datas com referência a abonações documentais do nome de *Mafamede*:

1408 (Machado, pág. 160, citando Viterbo, *Ocorrências*, págs. 41-2);

1414 (Veloze, *Alguns nomes de Muçulmanos portugueses*, págs. 525-6, n.º 58).

1433 (*idem*, pág. 526, n.º 61);

1463 (*id.*, *ibidem*, n.º 59; Machado e Viterbo, *ibid.*);

1472 (Veloze, *ibid.*, n.º 60);

1481 (*id.*, pág. 525, n.º 56);

1484 (Machado, pág. 163, citando Viterbo, pág. 20).

Da obra já citada de J. P. Machado extraímos as seguintes referências mais, a partir dos sécs. XV-XVI, sem outra data, com menção das fontes literárias onde o mesmo nome figura:

— *Crónica da Ordem dos Frades Menores*; Azurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*; Duarte Galvão, *Crónica de Dom Afonso Henriques*; Gil Vicente, *Nau de Amores e Maria Parda*; João de Barros, *Crónica do Imperador Clarimundo e Décadas*; Fernão Lopes da Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*; Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*; Afonso de Albuquerque, *Comentários*; Fr. Pantaleão de Aveiro, *Itinerário da Terra Santa*; António Tenreiro, *Itinerário*; Fr. Gaspar de São Bernardino, *Itinerário*; *História Quinhentista do Segundo Cerco de Dio*.

A esta resenha impressionante acrescentaremos Luís de Camões, que nos fixou o idioma, e n'Os *Lusíadas* usou *Mafamede* repetidamente (cfr. 3.113), embora também *Mafoma* (2.108).

(209) Cfr. A.-P. Caussin de Perceval, *Grammaire Arabe Vulgaire pour les dialectes d'Orient et de Barbarie*, 6.^a ed., Paris, 1903, pág. 17 (n.º 47). Fr. José Lerchundi, *Rudimentos del Arabe Vulgar que se habla en el Imperio de Marruecos*, 7.^a ed., Tânger, 1945, pág. 12, nota 1, traz informação idêntica a respeito dos nomes; e, pág. 21 (n.º 43), escreve que, nos verbos triliteros regulares, 'na primeira sílaba é quase imperceptível o som da vogal, pronunciada com toda a clareza na segunda'.

²¹⁰ J. P. Machado, *Influência* cit., págs. 160-1.

Mafamede (Molei Mafamede) era, segundo David Lopes, o nome dum Rei de Fez, em Marrocos, durante o domínio ou período português ali... que só terminou há uns duzentos anos! ⁽²¹¹⁾.

O mesmo nome é o duma ilha de polípeiro calcário e areia, a SE. da baía de Angoche, em Moçambique, de que dista 12 quilómetros, e igualmente a dum lugar na freguesia de Sever, concelho de Santa Marta de Penaguião e na de Teixeira, concelho de Baião — diz ainda Machado ⁽²¹²⁾. A. Losa trazia *Mafamedes* como forma do topónimo de Sever ⁽²¹³⁾, e J. Cunha Serra diz ser *Mafómedes* ou *Mafómedes da Serra* o topónimo de Teixeira ⁽²¹⁴⁾. Quer dizer, formas diferentes, que não pudemos confirmar.

Uma variante achamos em *Mafamede*, com dissimilação, mencionado num doc. de 1481, nome dum mouro de Santarém ⁽²¹⁵⁾.

Isto bastaria para dar foros de legitimidade à forma, bem portuguesa, *Mafamede*, como de abonação e comprovação mais ampla e antiga em nossa linguagem. Sendo de rejeitar o feio galicismo *Maomé*, aliás de fresca data, preferimos o bem fundado «Mafamede», que — nota ainda Machado na erudita verba que dedica ao assunto — ‘não nos deve ter vindo do Norte de África, como sugeriu David Lopes (em *Alguns vocábulos arábico-portugueses de natureza religiosa, étnica e lexicológica*, na *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*), pois a variante *Mafamede* é anterior ao século XV’ ⁽²¹⁶⁾.

(14) — «ALVALADE», TERMO COMUM

David Lopes ⁽²¹⁷⁾ invoca Fernão Lopes ⁽²¹⁸⁾, para escrever:

«Os nomes antigos dos bairros novos de Lisboa, Campo Grande e Campo Pequeno, eram Campo de Alvalade Grande e Campo de Alvalade Pequeno».

²¹¹ David Lopes, *Textos em Aljamia Portuguesa*, 2.^a ed., Lisboa, 1940, págs. 138-9 e passim.

⁽²¹²⁾ J. P. Machado, *op. cit.*, pág. 163.

⁽²¹³⁾ A. Losa, *op. cit.*, págs. 32-33.

⁽²¹⁴⁾ J. Cunha Serra, *op. cit.*, pág. 46, que não cita Machado e Losa.

⁽²¹⁵⁾ F. J. Velozo, *op. cit.*, pág. 525, n.º 57.

⁽²¹⁶⁾ J. P. Machado, *op. cit.*, pág. 158.

⁽²¹⁷⁾ «Rev. Lus.», XXIV, págs. 264-5.

Porém a palavra *campo* é omitida por vezes:

— «...hũa quintãa que staa en a entrada *dalualade grande*...» (doc. de 1523) ⁽²¹⁹⁾;

— «...hũa quintãa que do dicto studo» (Estudo Geral) «da capela do doctor Mangancha que staa em *alualade grande* termo desta cidade...» (doc. de 1529) ⁽²²⁰⁾;

— «...hũa quintam do dicto studo em *alualade grande* termo de Lisboa... a metade de hũa torre que staa no dito *campo dalualade*...» (id.) ⁽²²¹⁾;

— «...homens boom moradores no *campo dalualade*...» (id.) ⁽²²²⁾;

— «...a ametade da torre que staa na face do *campo dalualade*...» (id.) ⁽²²³⁾;

— «Joham pirez *dalualade*» (doc. de 1388) ⁽²²⁴⁾;

— «...dhuas vjnhas que o dicto mosteiro» (de São Vicente de Fora) «ha a saber hũa que chamam a *algaza* que jaz alem *dalualade o grande* acima da quintãa de lopo steuez...» (doc. de 1422) ⁽²²⁵⁾;

— «...ffernam martijns *dalualade*» (doc. de 1447) ⁽²²⁶⁾;

— «Fernam Gil *dAlualade o Pequeno*» (doc. de 1382) ⁽²²⁷⁾;

— «Lopo Vaasquez *dAluala[de]*» (doc. de 1444) ⁽²²⁸⁾.

Não podemos duvidar, em face destes elementos, que *alvalade* significava o mesmo que *campo*, e que até, em designar o local indicado, o precedeu, pois que os termos se juntaram por bem conhecida lei da sinonímia, quando o primeiro deixou de ser correntemente empregado, salvo como topónimo: tal evolução dá-nos a conhecer do que se tratava ⁽²²⁹⁾. No latim lusitânico, *campus* significava plaino, planura,

⁽²¹⁸⁾ *Crón. de D. João I*, parte, c. 75.

⁽²¹⁹⁾ In: Moreira de Sá, *Auctarium Chartularii Universitatis Portucalensis*, II, Lisboa, 1975, pág. 248, n.º 823.

⁽²²⁰⁾ *Op. cit.*, pág. 474, n.º 1038.

⁽²²¹⁾ *Op. cit.*, pag. 479, n.º 1042.

⁽²²²⁾ *Op. cit.*, pág. 480, n.º cit.

⁽²²³⁾ *Op. cit.*, pág. 481, n.º cit.

⁽²²⁴⁾ In: Moreira de Sá, *Chartularium Universitatis Portugalensis*, II, Lisboa, 1968, pág. 158, n.º 406.

⁽²²⁵⁾ *Op. cit.*, III, Lisboa, 1969, pág. 221, n.º 779. Separamos, por evidente, o artigo na leitura, apresentada ali, *aalgaza*.

⁽²²⁶⁾ *Op. cit.*, V, Lisboa, 1972, pág. 49, n.º 1413.

⁽²²⁷⁾ In: Lopes de Almeida, *Monumenta Henricina*, I, Coimbra, 1960, pág. 59, n.º 109.

⁽²²⁸⁾ *Op. cit.*, VIII, 1967, pág. 225, n.º 141.

⁽²²⁹⁾ Cfr. Francisco J. Velozo, *Oestrymnis* cit., pág. 28 e *passim*.

ou deserto, mais propriamente ⁽²³⁰⁾. Os Alvalades lisbonenses ficavam no termo da cidade, e portanto não eram nenhuma povoação.

O nosso saudoso mestre David Lopes ⁽²³¹⁾ defende para *alvalade* outro étimo árabe (precedido, claro, do artigo), «balaat», fundado na abundância de uma espécie de edificação, no nosso território, denominada *palatium*, termo latino donde aliás o ár. provém.

Machado ⁽²³²⁾, aceitando isto, escreve:

«De *A'valade* se formou, por queda normal nos dialectos do Norte, *Alvaade*, documentável em 1147, 1171 e 1221, segundo Rui de Azevedo ⁽²³³⁾ e Joaquim Silveira» ⁽²³⁴⁾.

Mas esta observação suscita grave dificuldade, pois abundam no Norte do país os *paços*, subst. com. e topón., e ali se localizam vários *Pa(a)ços*, assim como o *Palaçoulo* de Trás-os-Montes. Não havia necessidade de dizer o mesmo em ár., ou de arabizar o termo ou termos. Em menor grau, o mesmo se pode dizer de todo o território português.

Os Árabes, no nosso território, ao paço não chamavam «albalaat», mas tinham para isso vários outros termos da sua língua, de que há numerosos vestígios. No caso presente, não vale a pena encarar outras possibilidades que refuta David Lopes, ao menos nos casos examinados.

Como simples nota, acrescenta-se que «alvade» ou «albade», ou «alvado» são termos agrícolas já registados ⁽²³⁵⁾; e os «dialectos do Norte», conservaram o «l» de *valado*, *valadar* (es), etc.

Em árabe, «balad» (acento na primeira sílaba) significa «cidade, região» e também... «peito», segundo Alfaraide ⁽²³⁶⁾; ainda «lugar, sítio, povoação, circunscrição, país», segundo Corrientes ⁽²³⁷⁾. O plural «bilaad» significa, segundo o mesmo Corrientes, «país» ⁽²³⁸⁾, ou «território».

Uma publicação oficial francesa das tropas de ocupação de Marrocos, de 1922, dá-nos porém uma achega preciosa sobre o árabe

⁽²³⁰⁾ Cfr. Etéria, *Itinerarium* 8.1; 10.4. Cfr. Francisco J. Velozo, *Etéria e o Latim Lusitânico* cit., pág. 37.

⁽²³¹⁾ Cfr. «Rev. Lus.», loc. cit.; *Nomes árabes* cit., págs. 73, 92, 124, 168, e 179 e segs.

⁽²³²⁾ José Pedro Machado, *Influência* cit., II, pág. 287.

⁽²³³⁾ No «Arquivo Histórico de Portugal», I, pág. 214. — Nota de J. P. Machado.

⁽²³⁴⁾ Na «Rev. Lus.», XXIV, pág. 193.

⁽²³⁵⁾ D. A. Tavares da Silva, *Esboço dum vocabulário agrícola regional*, Lisboa, 1944, s. v.

⁽²³⁶⁾ *Alfaraïd Classique* cit., s. v.

⁽²³⁷⁾ Corrientes, *Dicc. ár.-esp.* cit., s. v.

⁽²³⁸⁾ *Ibidem*.

falado, indicando para «bled», o significado «ville», isto é, cidade, povoação, e para «blaad» o de «pays, campagne»⁽²³⁹⁾. Trata-se das mesmas palavras, com desvalorização da primeira sílaba das anteriores, do árabe clássico.

O *Nouveau Petit Larousse illustré — Dictionnaire encyclopédique* traz para *bled*, palavra importada pelo francês, substantivo masculino, o significado seguinte:

‘Na África do Norte, o interior das terras. *Pop.* Zona que oferece poucos recursos’⁽²⁴⁰⁾.

Mas Jérôme e Jean Tharaud, no seu formoso livro *Le Maroc*, descrevendo o trânsito da cidade de Casa-Branca á de Marrocos, ou Marráquexe, dizem-nos⁽²⁴¹⁾:

‘Vous avez quitté Casablanca en auto, et après deux cents kilomètres à travers un *bled monotone*, vous abordez un petit massif de collines...’

Vê-se que em francês o termo *bled* corresponde mais ao plural do que ao singular do árabe vulgar. Nada mais nada menos que ao nosso *alvalade*, que provém certamente de «blaad», com vocalização da primeira sílaba — em árabe literal «bilaad», plural.

Deste modo a correcta e preciosa versão do trecho dos irmãos Tharaud acima citado, sem empregarmos o francesismo *bled*, tem de ser esta:

‘Deixa-se Casa-Branca de automóvel, e após duzentos quilómetros através dum *alvalade* monótono, alcança-se um maciço de colinas...’

O termo português *alvalade*, caído em desuso como termo comum, deve pois ser ressuscitado. A toponímia o conserva. Porquê apenas considerar fonte abonatória do nosso idioma a alta literatura, e não todo o tesouro linguístico mantido pelo Povo ao longo dos séculos na sua fala e na toponímia, que faz dela parte... e até anda nos docs.?

Resta dizer uma palavra acerca do topónimo *Algaza*, referido no doc. de 1422 *supra*. Impressiona logo a semelhança dele com o nome da cidade palestina de Gaza (ár. «gazza^t»), hoje integrada no Estado de Israel⁽²⁴²⁾. Não seria o único topónimo transplantado dos países árabes para o nosso.

(239) Troupes d'occupation du Maroc, *op. cit.*, pág. 22.

(240) *Nouveau Petit Larousse illustré — Dictionnaire encyclopédique*, 161.^a ed., Paris, 1952, s. v.

(241) Jérôme et Jean Tharaud, *Le Maroc*, Paris, 1952, pág. 87.

(242) *Alfaraïd cit.*, s. v.; Corrientes, *Dicc. cit.*, s. v.

No entanto, parece-nos de aproximar este nome de lugar do de *Algaz*, no concelho de Tomar⁽²⁴³⁾. *Algaz* é, segundo o *Dicionário* de Artur Bivar, o 'fruto de algumas palmeiras; espécie de tâmara pequena'⁽²⁴⁴⁾. O que se confirma por um trecho de Gonçalo Coutinho, no seu *Discurso da jornada à vila de Mazagão*, que aduz José Pedro Machado, indicando a palavra árabe «algaz» (com o artigo) como étimo da nossa⁽²⁴⁵⁾.

Ora desta palavra se forma, de acordo com as regras da gramática árabe⁽²⁴⁶⁾, o nome de unidade «gaza^t», com o artigo («al») — «algaza^t».

Como «gaz» significa, segundo é usual, tanto o fruto como a árvore, a palmeira que o dá, e esta representa uma espécie, 'semelhante a uma colecção', existindo no local uma árvore só, ele tomaria o nome dela. O mesmo sucede nos inúmeros lugares que temos, designados «Palmeira» e «Palma», árvores exóticas.

Francisco J. Velozo

(243) J. P. Machado, *op. cit.*, s. v., pág. 209.

(244) Artur Bivar, *Dicionário geral e analógico da língua portuguesa*, Porto, 1948, s. v.

(245) J. P. Machado, *ibidem*, págs. 208-9.

(246) Cfr. Belot, *Cours cit.*, n.º 106, págs. 85-6.